



“Te voy a contar algo que no le iba comentado a nadie”: violência contra jornalistas mexicanos/as

Cleusa Jung¹
Ângela Zamin²

Resumo: O presente artigo busca compreender, por meio de entrevistas em profundidade (AR-FUCH, 1995; MEDINA, 2008; PEREIRA, 2012), como jornalistas mexicanos/as trabalham em meio a contextos de violência. Para tanto, propomos uma reflexão acerca do cenário de violência contra jornalistas na América Latina. Partimos da perspectiva dos conceitos de liberdade de expressão (BALA, 20017) e de imprensa (ROSPA, 2011), para em um segundo momento cotejarmos entrevistas com jornalistas, realizadas no México, no segundo semestre de 2016. Três aspectos são aqui explorados: prática jornalística; constrangimentos/censura e violência.

Palavras-chave: Práticas jornalísticas; Censura; Violência; América Latina; Entrevista em profundidade.

1. Considerações iniciais

O título “Te voy a contar algo que no le iba comentado a nadie” [“Eu vou te dizer algo que nunca foi dito a ninguém”] é um excerto da fala de uma das entrevistadas

1 Acadêmica de Jornalismo - Bacharelado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Integrante do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM), na linha de pesquisa Estudos de gênero e práticas de comunicação. Bolsista atual do projeto de extensão Ações de Visibilidade dos Programas e Projetos de Extensão da UFSM. Em 2014, foi bolsista do Projeto de Extensão Comunicação, Tecnologia e Acessibilidade e em 2015, do projeto Agência Experimental de Notícias Da Hora.

2 Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com estágio de doutoramento na Universidad Pompeu Fabra (Barcelona, Espanha). Mestre pelo mesmo programa. Graduada em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). É líder do Resto - Laboratório de Práticas Jornalísticas (CNPq/UFSM). Desenvolve pesquisas com ênfase em temas como: práticas jornalísticas, conflito e território.

na pesquisa de que este artigo é parte.³ Ele remete para o fato de a América Latina ser protagonista de diversos casos de violência contra jornalistas no exercício da profissão. Dados divulgados por organizações não-governamentais reforçam os números da impunidade em torno do tema, o que coloca alguns países em situação de risco e, muitas vezes, comparados à países em guerra. O México é um deles. O país latino-americano registrou o maior número de casos de violência e mortes de jornalistas em 2016. Um ano antes, quem ocupava a posição era o Brasil, apontado em diversos relatórios como um dos países com inúmeros problemas em relação ao livre exercício do jornalismo.

O presente artigo busca compreender, por meio de entrevistas em profundidade (ARFUCH, 1995; MEDINA, 2008; MORIN, 1973; PEREIRA, 2012), como jornalistas mexicanos/as trabalham em meio a contextos de violência e risco. Para tanto, primeiro propomos uma reflexão acerca do panorama de violência contra jornalistas na América Latina, a partir dos conceitos de liberdade de expressão (BALA, 20017) e de imprensa (ROSPA, 2011), para, em um segundo momento, cotejarmos entrevistas com jornalistas, realizadas no México, em 2016.

2. Violência contra jornalistas na América Latina

Os jornalistas enfrentam inúmeros desafios haja vista que atuam diretamente na recolha e na construção dos acontecimentos, via discurso. Para tanto, estão sempre se relacionando com outros sujeitos, sejam colegas de profissão, fontes, leitores/as ou demais atores sociais. Desse modo, passam por constrangimentos de toda ordem. Como afirma Benetti (2013, p. 51), “além dos constrangimentos econômicos, políticos, editoriais, hierárquicos e temporais, o jornalista também lida com seus próprios valores e com os valores das fontes e dos leitores”. Os constrangimentos ocorrem em diferentes esferas que buscam por espaço em meio à construção de sentidos. O jornalismo articula saberes que são atravessados por diferentes discursos. Como já advertiu Foucault (2010, p.20), “o saber produz poder”.

³ Trata-se de pesquisa de conclusão de curso sobre como as/os jornalistas mexicanas/os e brasileiras/os exercem o seu trabalho em meio às condições adversas impostas pelo contexto de violência ou risco, uma vez que México e Brasil estão entre os países latino-americanos mais violentos para a prática do jornalismo. As entrevistas em profundidade com mexicanas/os foram realizadas no segundo semestre de 2016, durante intercâmbio acadêmico na Universidad Autónoma de Tlaxcala, Tlaxcala, México.

Para que o jornalismo possa de fato ser uma ferramenta a serviço da democracia, a liberdade de expressão, um direito consagrado no mundo inteiro por proteger os direitos humanos, é fundamental. De acordo com a Declaração de Princípios, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “a liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática” (DECLARAÇÃO, 2000).

O direito foi assegurado internacionalmente pela primeira vez em 1948, pelas Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 19. Depois, foi garantido também pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, de 1976, um dos instrumentos que congregam a Carta Internacional dos Direitos Humanos e que em seu artigo 19 assegura que “ninguém poderá ser molestado por suas opiniões”. Além disso, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto San Jose Costa Rica, de 1992, garante em seu artigo 13, que “toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão” (CONVENÇÃO, 1992).

Além dos documentos internacionais, cada país possui uma legislação específica. O Brasil e o México, por exemplo, possuem o direito assegurado na Constituição Federal. No Brasil, o artigo 5 afirma que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). No México, o artigo 6 garante que “la manifestación de las ideas no será objeto de ninguna inquisición judicial o administrativa, sino en el caso de que ataque a la moral, la vida privada o los derechos de terceros, provoque algún delito, o perturbe el orden público” (MÉXICO, 1917, p. 9).

Portanto, a liberdade de expressão é um direito individual assegurado por lei em ambos os países. Assim como toda pessoa possui direito ao acesso de informação, também possui direito a expressar-se. A imprensa, “olhos e ouvidos do cidadão comum” (BALA, 2007, documento eletrônico), também possui o seu direito assegurado pela Constituição, tanto do Brasil como do México.

Aqui, compreende-se a liberdade de imprensa como base aos direitos humanos e, em concordância com Rospa (2011), “um eficaz instrumento da democracia, com ela se

pode conter muitos abusos de autoridades públicas, motivo pelo qual, há muito tempo a defesa desse direito fundamental é considerada prioridade no âmbito da sociedade”. Nesse sentido, o direito que deveria assegurar a livre manifestação de opiniões, sem censura ou medo, nem sempre é eficaz.

Segundo Article 19, organização não governamental de Direitos Humanos que trabalha para defender e promover o direito à liberdade de expressão, “una de las maneras más rápidas de acallar voces críticas es suprimirlas con violencia”. Conforme o relatório anual 2014, da Federação Nacional dos Jornalistas, há dois tipos de violência no exercício da sua profissão: violência interna das redações e violência de atores externos. Esta se manifesta por meio de agressões físicas e verbais, ameaças, intimidações, impedimentos ao trabalho, processos judiciais, prisões, tentativas de assassinatos e assassinatos. Aquela ocorre por meio de censura interna, de autocensura e de assédio moral.

Atualmente, um dos grandes problemas é a violência contra a imprensa, destacado em relatórios divulgados por entidades e organizações nacionais e internacionais não governamentais, que alertam para o crescente índice de violência contra jornalistas na América Latina. Aqui, detemo-nos a trazer alguns dados divulgados por Reporteros Sin Fronteras (RSF),⁴ OING que visa a defender a liberdade de imprensa no mundo. “El mapa de la libertad de prensa en el mundo se oscurece” (CLASIFICACIÓN, 2017). Assim inicia a classificação mundial de março deste ano, intitulada *Un mapa del mundo cada vez más sombrío*, para indicar que os índices de violência nunca foram tão elevados e que a liberdade de imprensa jamais esteve tão ameaçada.

Somente em 2016 foram 62 jornalistas mortos no mundo, sendo que destes, 31 na América Latina. Para a RSF, esses números “son un saldo lo suficientemente fuerte para hablar de un balance catastrófico en la situación de la libertad de información en el continente americano” (INFORME, 2016). A explicação dada é a falta de mecanismos de proteção aos/às profissionais ou, quando existem, por sua ineficácia. “Pero sobre todo, por el alarmante grado de violencia, corrupción e impunidad en la mayoría de los

⁴Na pesquisa utilizamos dados de outras entidades, como Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão; Associação Brasileira de Imprensa; Comissão Interamericana de Direitos Humanos; Comitê para Proteção de Jornalistas; Federação Nacional dos Jornalistas; International Federation of Journalists; Organização dos Estados Americanos; Press Emblem Campaign; Sociedad Interamericana de Prensa.

países de la zona, que se ha convertido en una de las más peligrosas del mundo para el ejercicio de la profesión periodística” (INFORME, 2016).

Com base nas informações divulgadas por RSF, um dos casos mais preocupantes é o México. Em 2002, o país ocupava a 75ª colocação dentre os países mais perigosos do mundo. Em 2017, está na 147ª posição⁵, o que causa assombro e preocupação para a organização. Para RSF, o país segue refém da “corrupción y la violencia del crimen organizado, muy presentes en ciertos estados de la república: en Veracruz, Guerrero, Michoacán y Tamaulipas” (CLASIFICACIÓN, 2017).

Outro país latino-americano apontado pela RSF como um dos mais perigosos para o exercício do jornalismo é o Brasil. No ranking de 2017, o Brasil está na 103ª posição. Segundo relatório de 2016 falta no Brasil um sistema nacional de proteção aos jornalistas. Um ano antes, foi apontado por RSF como um dos quatro países que seguiam “desgraciadamente, a la cabeza entre los más sanguinarios del continente para el ejercicio del periodismo” (INFORME, 2015). Antes do Brasil, vem o México e, depois, Honduras y Guatemala. Por isso, procuramos compreender como jornalistas trabalham em meio às situações de medo e risco, em países considerados perigosos como o México.

3. Percepções de jornalistas mexicanos/as

Aqui, buscamos uma compreensão dos fenômenos estudados a partir dos sujeitos que ganham voz por meio da técnica de entrevista em profundidade, por acreditar que esta corresponde às expectativas de conhecer e interpretar a realidade social. “É o que é a entrevista, senão escuta, escrita, memorização e vontade de saber vinculada, necessariamente, à interação pessoal?” (MÜHLHAUS, 2012, p. 50).

Pereira (2012, p. 41) diz que a entrevista é uma “narrativa construída por ocasião de uma situação de interação simbólica”. Para Medina (2008, p. 8), a entrevista “é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”. Morin (1973, p. 119) acredita no potencial do diá-

⁵ RSF realiza a tabela de classificação em ordem crescente, do menos ao mais perigoso. Ou seja, de 2002 para 2017, o México subiu 72 posições.

logo na entrevista, pois esta “carrega consigo toda a dificuldade de se alcançar a verdade quando se trata de relações humanas”.

Nesse sentido, a entrevista é uma forma de ver o mundo por meio dos olhos do Outro. Assim, por meio do diálogo é possível compreender as práticas e os saberes envolvidos na produção do conhecimento e do jornalismo. A argentina Leonor Arfuch (1995, p. 24) trabalha a entrevista como uma invenção dialógica, que “siempre se juega al descubrimiento de una verdad, una revelación que el diálogo, en alguna medida próximo a la indagación detectivesca, ayudaría a descubrir”.

“Outrem é o entrevistado considerado como ser humano a conhecer, e não na qualidade de representante de tal profissão, tal classe, tal idade. A outrem corresponde evidentemente a entrevista profunda” (MORIN, 1973, p. 130). Percebe-se, portanto, que a entrevista em profundidade busca ouvir o/a entrevistado/a, que nessa pesquisa será tomado/a como sujeito da análise.

Quanto aos/às jornalistas, não foram previamente selecionados/as, mas foram pedindo voz em meio à pesquisa. As entrevistas foram realizadas em território mexicano e apesar de o contato inicial ter sido difícil, uma entrevista levou a outra. Destacamos que o fato de estarmos entrevistando profissionais acostumados/as a questionar e que, naquele momento estavam sendo convidados/as a compartilhar suas experiências, provocou certo desconforto em alguns entrevistados/as. Com o consentimento dos entrevistados/as, foram utilizados gravador e bloco de anotações com pontos a serem abordados, mas sem um roteiro pré-estabelecido. Adotamos a entrevista aberta por considerar que traria maior aprofundamento ao tema. O tempo de duração variou entre meia e uma hora e meia.

No México foram entrevistados/as nove jornalistas, sendo quatro mulheres e cinco homens. Das mulheres, duas atuam como professoras universitárias. Para este trabalho optamos por analisar apenas três entrevistas. A primeira entrevistada,⁶ María Del Carmen, 46 anos, é formada em Ciências de la Educación, possui especialização em Comunicação e é professora em duas universidades. O segundo, José Luis, 39 anos, estudou Ciencias de la Comunicación y Periodismo e possui especialização em fotografia. Atualmente é editor chefe de fotografia em um meio impresso. A terceira jornalista,

⁶ Os nomes dos/as entrevistados/as são pseudônimos para preservar as suas identidades.

Danna Paola, 26 anos, também possui formação em Ciencias de la Comunicación y Periodismo. Trabalhou como âncora na televisão governamental, apresentadora e animadora de eventos em um instituto de cultura e, atualmente, atua em um meio digital.

Para melhor compreensão das práticas jornalísticas em meio a contextos de violência, buscamos trazer o relato dos/as jornalistas mexicanos/as. Para isso, dividimos a análise em tópicos: o jornalista e a sua prática; os constrangimentos e a censura e, por fim, a violência.

3.1 “Un país donde el riesgo en el periodismo es latente”

Iniciamos com a reflexão trazida por Zamin e Schwaab (2017, p. 164) quando afirmam que “é no exercício em organizações jornalísticas, com suas políticas editoriais e controles e em meio a valores profissionais e a regras que disciplinam a recolha e o relato dos acontecimentos que os jornalistas forjam-se enquanto tal”. Muitas vezes, os controles exercidos por diferentes esferas acabam por silenciar a voz de jornalistas. Aqui, por meio da narrativa dos/as próprios/as profissionais, pretendemos refletir sobre questões que afetam diretamente jornalistas.

Antes de ser professora, María del Carmen trabalhou dez anos como jornalista na *Organización Editorial Mexicana*,⁷ onde “cubrí las fuentes de política, del ejecutivo, del legislativo, de la educación; básicamente estuve en todas las fuentes de periodismo con excepción de deportes y de nota roja, de plan nunca entré en nota roja” (CARMEN, 2016). Da experiência como jornalista, define que “el periodismo es pasión. Periodismo es ponerte la camiseta. Periodismo es sentir la adrenalina en todo tu cuerpo” (CARMEN, 2016). Todavia, ao tratar da remuneração da profissional afirma que:

El periodismo, por lo menos en México, es una profesión muy mal pagada. ¿Por qué? Todo tiene un por qué?! Porque eso muchas veces en teoría es corrupción. Si quieres ser un periodista muy bien pagado, en la mayoría de los casos, pues tienes que caer en la corrupción, ¿no? (CARMEN, 2016).

Aborda, também, questões relacionadas ao exercício profissional:

[...] ahí del periódico te hablan a las doce de la noche y te dicen “hay que ir a cubrir una erupción del volcán Popocatepetl. Y no dices como en un trabajo

⁷Conhecida como OEM é uma companhia de meios de comunicação impressos, considerada a maior do México e uma das maiores da América Latina.

normal, ¿no?:yo salgo a las seis. En el periodismo no te puedes dar el lujo de decir ‘mi jornada termina a las seis’, porque la camisa te la tienes que vestir las 24 horas, todo el tiempo. (CARMEN, 2016).

Da mesma forma, José Luis trata da jornada de trabalho abusiva, pois trabalha mais de 12 horas diária, às vezes chegando a 15. “No hay horas extras. El único periódico que antes pagaba, y ahora no, era *La Jornada*, pero también tuvieron una crisis muy fuerte y como que perdieron esa parte” (LUIS, 2016).

María tem o entendimento de que o México é “un país donde el riesgo en el periodismo es latente” (CARMEN, 2016). Quanto à prática, conta que viveu momentos em que teve que entender que não poderia interferir nos eventos. Lembra que, quando algumas pessoas foram desalojadas por policiais, se sentiu impotente. “Tú tienes que estar por detrás. Tú no tienes que ser protagonista. A veces vives impotencias porque ves injusticias y tú no puedes intervenir y no debes intervenir” (CARMEN, 2016). Em meio a um desabafo, Danna Paola diz que sente tristeza ao pensar que como jornalista não possui direito a seguro saúde nem de vida. “Al final de cuentas eres un soldado sin armas ante todo lo demás” (PAOLA, 2016).

Nessa linha, Miguel Túñez (2012, p. 24) nos leva a refletir sobre essa “profesión de riesgo”. O autor destaca que, devido a sua proximidade com o poder, o jornalismo é uma atividade que se encontra em um cenário de jogos de ambição. “El periodismo es y será lo que los periodistas quieran hacer de él. O, cada vez más, lo que les dejen hacer los medios para los que trabajan y quienes los controlan” (2012, p. 24).

Atuando professora universitária, María del Carmen diz estar imersa no jornalismo. “Estoy muy vinculada al periodismo y creo que el periodismo es un instrumento vital para que el hombre esté informado, esté preparado. Una sociedad informada es una sociedad libre. La desinformación y la ignorancia van de la mano” (CARMEN, 2016). Como professora, “he tenido la oportunidad de hablar de la libertad de prensa a mis alumnos, de hablar de la responsabilidad que tiene el ciudadano de estar informado” (CARMEN, 2016). Na avaliação de José Luis (2016), a liberdade de imprensa passa pelas empresas jornalísticas, haja vista que “no garantizan a ningún trabajador ningún salario digno, ni protección, ni talleres para protección, ni información para protección. Esto vulnera mucho a los compañeros y permite que les puede pasar cualquier cosa”.

3.2 “Ya vi que me estás tirando, ¿cuánto quieres?”

Um dia María Del Carmen foi cobrir um evento na Secretaria de Educação Pública. Era um momento delicado, pois haviam sido detectados documentos falsos. “Comienzas a involucrarte en el tema y te das cuenta de que no se trata de apenas un documento apócrifo y, sí, que muchos profesores que no contaban con el título estaban dando clases y que tenían un documento falso... y no era uno o dos, eran decenas” (CARMEN, 2016). Quando começou a investigar o assunto, no próprio jornal mudaram suas pautas. “Pues llegas a involucrarte en el tema y llegas a revelar más de lo que deberías y te cambian de fuente” (CARMEN, 2016). Foi nesse momento que María del Carmen disse “con permiso”. Surgiu a oportunidade de estudar no exterior. Depois de um ano, quando retornou, não quis mais trabalhar como repórter. Optou pela docência.

María del Carmen relembra que há muitos artigos que defendem a liberdade de expressão. Porém, afirma que as leis não são respeitadas.

Los periodistas que se han atrevido a denunciar casos de corrupción, narcotráfico, trata de blancas, todos esos males que aquejan nuestra sociedad, todos que sean para denunciarlo o a comentarlo, no están aquí para contarlos. ¿Qué leyes? ¿Cuál protección? No existe. (CARMEN, 2016).

Danna Paola destaca que diariamente ocorrem diversos tipos de violações. Explica que muitos ataques são provenientes do próprio governo, quando fica a par de alguma investigação ou denúncia sobre irregularidades estatais. “Entonces lo primero es el acercamiento del gobierno hacia a ti. Y te preguntan “Ya vi que me estás tirando, ¿cuánto quieres?” (PAOLA, 2016). Comenta que a censura ocorre de diferentes maneiras e que depende muito do meio de comunicação.

Hay jefes, jefes administrativos o jefes del periódico que no lo permiten porque hay todavía periodistas que realmente saben su vocación o que realmente saben lo que quieren. Entonces no lo permiten. Cuando el jefe no lo permite ellos van por debajo del agua directo con el periodista y, entonces, empiezan a pasar el dinero mensual al periodista y este obviamente ya tiene el compromiso de no tirarlo al gobierno o no tirarlo a la persona que lo estaba haciendo, porque ya hay dinero mensual. (PAOLA, 2016).

Outras vezes, segundo Danna, a empresa jornalística chega a acordos, os “convênios” entre o governo e o diretor do meio, que recebe certa quantidade em dinheiro. “Estamos hablando que si para periodistas sumaba alrededor de diez mil, quince mil, veinte mil pesos mensuales, para la agencia, si es gobierno del estado, cobran alrededor

de cien mil, doscientos mil pesos mensuales” (PAOLA, 2016). Quando o acordo é direto com a agência, o diretor escolhe o preço. Luis afirma que a censura existe em diferentes esferas do poder. “En todos los medios de México hay censura y es una censura muy fuerte” (LUIS, 2016). O jornalista explica que, em 2016, o governo ofereceu a maior quantidade de dinheiro aos meios de comunicação.

Aqui, é importante ressaltar que, a censura é o “processo de repressão da liberdade de expressão e de imprensa e está diretamente relacionada ao poder, seja ou não do Estado, e pode se apresentar de diversas formas” (FÍGARO, NONATO, 2016, p. 73). Assim, existe censura explícita, censura praticada pela instituição e, autocensura. Para Mattos (2005, p. 42), há várias formas de censura, algumas notadas com facilidade, outras mais sutis, “às vezes é o fluxo de informação que é controlado; outras vezes, o conteúdo”. Diz, ainda, que o fluxo de informação pode ser estrangido ou inibido.

Quanto à autocensura, Mattos (2005, p. 43) afirma ser uma “extensão da própria censura”. Esse fenômeno é mais comum do que imaginamos, pois de maneira muito silenciosa, o/a próprio/a jornalista vai fazendo recortes no seu material jornalístico. Para Kucinski (2002 apud NONATO, 2013, p. 3), “ela se confunde com mecanismos sistêmicos e inconscientes de censura inerentes ao processo social de construção da notícia”. Segundo Figaro e Nonato (2016, p.74), “o não dito é incorporado como forma de sobrevivência profissional na relação com a empresa”.

Quando questionado sobre o modo de censura que ocorre no veículo em que trabalha atualmente, José Luis responde que há uma linha delineada, um dinheiro marcado e o governo destina aos meios que mais lhe convém. “Te dan a lo mejor ocho millones, pero siempre tiene que ir la foto del presidente en la portada, el presidente no se puede ver mal o tiene que ir una foto de un secretario de una dependencia en los interiores” (LUIS, 2016). Afirma que nunca censuraram nenhuma de suas fotos, mas que existe a questão de que pessoas ou empresas ligadas ao governo paguem para que suas pautas sejam veiculadas no jornal. “Siempre hay una pauta en el periódico donde aparece como una nota normal este funcionario. Y en mi periódico, por ejemplo, el presidente siempre está portado” (LUIS, 2016).

Mattos (2005, p. 163) afirma que alguns veículos de comunicação tomam posturas amigáveis frente ao governo e “têm se beneficiado de empréstimos, subsídios, isen-

ção de impostos, além de receberem publicidade oficial”. Outros, podem não assumir a mesma postura e, o tratamento tampouco será o mesmo. Nesse sentido, diz que a censura pode ser motivada de forma indireta. “Ela pode induzir a autocensura, estimulando um sentimento de compromisso político que gera o medo de contar a verdade” (p. 163).

Para José Luis, o que mais existe é a autocensura por parte dos/as próprios/as jornalistas. “Yo creo que el primer efecto y el más terrible que es a veces disipar la información y nosotros peleamos para que se publique y uno dice ‘no, échame la mano’. Entonces hay mucha autocensura y en otros periódicos existe censura directa con ciertas personas” (LUIS, 2016).

Segundo o jornalista, na agência estadual *Notimex* três coisas não podiam ser publicadas: “no se podría grabar el ejército, la virgen de Guadalupe ni los gobernantes”. Nos veículos que já trabalhou diz que a censura ocorria de diferentes maneiras. “Te decían quienes no podrían publicarse” (LUIS, 2016). José também faz uma reflexão acerca dos meios comerciais e organizações intergovernamentais:

Creo que en las empresas es como que más difícil ejercer tu derecho a la libertad de expresión porque el empresario dita la línea sobre su producto. Pero en las intergubernamentales es más fácil porque uno si puede decir ‘estamos incurriendo un delito en no presentar las diferentes posturas’ y entonces puede haber una demanda. (LUIS, 2016).

Atualmente, afirma que está em um veículo em que a censura é uma questão empresarial. “O sea el empresario dice ‘no, es que...’ y no hay una forma legal de que yo le pueda decir que no” (LUIS, 2016). A jornalista Danna Paola considera que há mais autocensura do que censura no jornalismo, assim como em diferentes setores da sociedade. “Yo considero que hay más censura por parte de los directivos, hay más censura por parte de la ciudadanía, hay más censura por parte de la familia, hay más censura por parte del gobierno” (PAOLA, 2016). María del Carmen chama atenção para o fato de que se “nada más transcribo, copio y pego y ya, aquí está mi nota. Nadie dice nada y no doy más” (CARMEN, 2016).

Questionada se já sofreu algum tipo de censura, Danna afirma que ao sugerir pautas, lhe respondiam: “es que eso no lo podemos sacar. Es que eso no se puede transmitir” (PAOLA, 2016). Segundo ela, “siempre era dar la cara bonita del goberna-

dor, del gobierno o de las dependencias, nunca se podía dar la cara fea y nunca preguntar sobre qué hizo y acciones malas”. Assim, a censura permeava as suas atividades.

3.3 “De siempre cuidar uno antes que la foto”

Quanto aos mecanismos de proteção, José Luis afirma que não existem e que não há apoio. “Estamos hablando desde talleres que te digan cómo hacer una cobertura en riesgo, cubrir una marcha, hacer una cobertura de algún levantamiento armado. Ningún periódico te da un taller para saber qué hacer y, tampoco, te da un chale antibalas, un casco” (LUIS, 2016). Por isso, acredita que os organismos independentes são fundamentais para oferecer algum tipo de apoio aos jornalistas na atual conjuntura. O jornalista participa de uma organização de fotojornalistas que busca garantir a proteção de jornalistas mexicanos/as.

Quando questionado sobre que tipo de proteção, fala em capacitação. Juntamente com o Artículo 19, a organização oferece cursos para coberturas de risco e protestos. Ele diz ser fundamental, pois os/as fotógrafos/as estão muito vulneráveis, tanto à violência quanto ao roubo de equipamentos. “Nosotros participamos de una ola de robos del equipo fotográfico y eso vulnera también al fotógrafo porque estamos hablando de equipos que hoy están 250 mil pesos completos” (LUIS, 2016).

José Luis afirma ter presenciado diversas situações de risco e se recorda de alguns casos. “Me ha tocado, por ejemplo, cubrir la entrada de la policía en Atenco, que sí hubo balazos, hubo de todo. Y, bueno, también cuando sacaran los maestros del Zócalo, entramos junto con la policía y balazos y todo más.” (LUIS, 2016). Afirma que é preciso ser muito cuidadoso, “de siempre cuidar uno antes que la foto”.

Relata um caso em que realizou uma cobertura de risco durante a madrugada. Era uma noite muito escura e silenciosa. Ele estava com outros fotógrafos em um hotel, em meio a disparos. Muitos dos colegas queriam sair para fazer fotos, mas ele não permitiu, parou na porta e disse “não”. “Teníamos que esperar un momento para salir porque si no íbamos a recibir disparos” (LUIS, 2016).

Quando interrogado sobre estar satisfeito no meio comercial em que atua atualmente, José Luis permanece um instante em silêncio. Aquele silêncio que por si só já responde à pergunta. “En verdad es que tengo un buen salario y eso me permite sobre

todo sostener las otras actividades que hago como de la organización independiente” (LUIS, 2016). Explica que gostaria de estar trabalhando com a organização de fotojornalistas, mas que enquanto não possui dinheiro para sustentá-la precisa seguir no jornal.

Danna Paola afirma não ter sofrido nenhuma violência física, pois “como trabajas para el gobierno tienes acceso a todas partes, te cuidan, no te exponen, pues no te pasa nada. La gente hasta incluso te respeta, te ve de otra forma porque estás de tras de un micrófono, estás en frente de una cámara o sales en un programa”. Desse modo, percebemos que há diferentes modos de silenciamentos nos relatos dos/as jornalistas. Estes acabam restringindo a forma de trabalho dos/as profissionais.

Considerações finais

Neste artigo buscamos entender, por meio de entrevistas em profundidade, como jornalistas mexicanos/as trabalham em meio a contextos de violência e risco. Os dados apresentados por RSF nos mostram o panorama de violência contra os/as profissionais nos últimos anos. O México é o país latino-americano que mais preocupa as entidades que defendem o livre exercício do jornalismo. Por isso, três tópicos foram explorados na pesquisa: a prática jornalística; os constrangimentos/censura; e, a violência.

Quanto ao primeiro, os/as profissionais falam sobre amor ao jornalismo, mesmo que seja uma profissão perigosa. Refletem acerca da jornada abusiva de trabalho e que não pagam horas-extras e muito menos, seguro de vida. Destacamos que, quando o/a profissional não se sente seguro/a para exercer as suas atividades, as diferentes ferramentas de controle acabam fazendo interferências no modo de produção do conteúdo e pior, vulnera o/a jornalista diante do restante da sociedade.

No segundo ponto, os/as jornalistas falam de suas experiências e dos modos de constrangimentos utilizados para calar vozes. A professora María del Carmen reflete que, muitos dos/as profissionais que realizaram denúncias foram mortos/as, pois não existe nenhum tipo de proteção aos/às jornalistas. Nesse sentido, Danna e José falam de censura e autocensura realizada pelo veículo, empresa e principalmente, governo ou pessoas ligadas a ele. Esses fatores afetam diretamente aos/às profissionais e depois, aos/às leitores/as, que acabam entrando no círculo de manipulação. O exercício da livre

expressão em empresas comerciais é mais difícil, como apontam os/as entrevistados/as, pois o controle é maior.

No último tópico refletimos sobre a falta de apoio aos/às profissionais, visto que os/as entrevistados/as falam muito em vulnerabilidade. Além disso, a falta de espaços de capacitação é mencionada. Uma reflexão que nos cabe realizar é que, os constrangimentos e violência sofridos pelos/as jornalistas fazem com que eles/as busquem novas formas de exercício dos seus direitos. María del Carmen abandonou o exercício prático e hoje se dedica à docência por haver sofrido censura e constrangimentos no trabalho. Danna Paola foi demitida por questões políticas e atualmente trabalha em um meio digital por ter mais liberdade. José Luis está no meio comercial somente para manter outras atividades que realiza de maneira independente para alertar e garantir maior liberdade aos/às companheiros/as. Portanto, a reflexão a cerca do trabalho dos/as jornalistas segue com interrogantes e frentes de pesquisa em abertos.

Referências

- ARFUCH, L. **La entrevista, una invención dialógica**. Barcelona: Paidós, 1995.
- BALA, Darlei Gonçalves. Os limites do direito de informação frente aos direitos da personalidade. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1318, fev. 2007. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/9477>>.
- BENETTI, M. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. TAVARES, F.; SCHWAAB, R. (org.) **A revista e seu jornalismo**. São Paulo: Penso, 2013. p. 44-57.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.
- CARMEN, M. Entrevista concedida às autoras. México, 2016.
- CLASIFICACIÓN Mundial 2017. Un mapa del mundo cada vez más sombrío. **Reporteros Sin Fronteras**. España: RSF, 2017. Disponível em: <<http://www.rsf-es.org/news/clasificacion-mundial-2017-analisis-un-mapa-del-mundo-cada-vez-mas-sombrio/>>.
- CONVENÇÃO Americana sobre Direitos Humanos. 1992. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>.
- DECLARAÇÃO de Princípios sobre Liberdade de Expressão. 2000. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/principiosLE.pdf>>.

FIGARO, R.; NONATO, C. A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas. **Líbero**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 71-80, jan./jun. 2016.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

INFORME anual 2016. La libertad de información retrocede los países democráticos de Europa y se masaca en Turquía. **Reporteros Sin Fronteras**. España: RSF, 2016a. Disponível em: <<http://www.informeanualrsf.es/informe-anual-2016/>>.

INFORME anual 2015. Más violencia y violaciones del derecho internacional en materia de prensa. **Reporteros Sin Fronteras**. España: RSF. Disponível em: <<http://www.informeanualrsf.es/informe-anual-2015/america/>>

LUIS, J. Entrevista concedida às autoras. México, 2016.

MATTOS, S. **Mídia controlada**: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005.

MEDINA, C. **Entrevista**: o diálogo possível. 5 ed. São Paulo: Ática, 2008.

MÉXICO. **Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos**. Publicada en el Diario Oficial de la Federación el 5 de febrero de 1917. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/1_240217.pdf>.

MORIN, E. A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão. In: **Linguagem da Cultura de Massas**: televisão e canção. Petrópolis: Vozes, 1973.

NONATO, C. A Censura Noticiada: um olhar sobre as notícias arquivadas na Hemeroteca Digital do OBCOM. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36. **Anais**. São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1206-1.pdf>>.

MÜHLHAUS, C. A entrevista e seus artistas. MAROCCO, B. (Org.) **Entrevista**: na prática jornalística e na pesquisa. Porto Alegre: Libretos, 2012.

PAOLA, D. Entrevista concedida às autoras. México, 2016.

PEREIRA, F. B. Conversando com jornalistas: a perspectiva do interacionismo simbólico. MAROCCO, B. (Org.) **Entrevista**: na prática jornalística e na pesquisa. Porto Alegre: Libretos, 2012.

ROSPA, A. M. O papel do direito fundamental à liberdade de imprensa no estado brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10287&revista_caderno=9>.

Tuñez, Miguel (coord.). **Viejo periodismo, nuevos periodistas**. La Laguna: Sociedad Latina de Comunicación Social, 2012. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/067/cuadernos/25_Viejo%20periodismo.pdf>

ZAMIN, A.; SCHWAAB. R. Um acidente no relato, um atentado na edição; e outras reflexões acerca das práticas jornalísticas. **Galáxia**, São Paulo, n. 34, jan-abr., 2017, p. 163-174. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554201727205>>.